EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E RESISTÊNCIA DO CORPO DOCENTE

ANDRÉIA REBEQUE DA MOTTA

RESUMO
Este trabalho analisa a importância da educação antirracista na educação básica brasileira e investiga as formas de resistência encontradas no corpo docente diante da implementação de práticas e conteúdos que enfrentam o racismo estrutural. A pesquisa evidencia que, embora existam avanços nas diretrizes educacionais, como a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura AfroBrasileira, muitos professores ainda demonstram resistência consciente ou inconsciente, seja por falta de formação adequada, desconhecimento, ou por questões ideológicas. Aborda-se a necessidade de formação continuada, de políticas públicas consistentes e do fortalecimento de uma prática pedagógica comprometida com os direitos humanos e a valorização da diversidade étnicoracial. Conclui-se que o enfrentamento ao racismo no ambiente escolar exige uma transformação profunda na mentalidade educacional, na prática docente e nas estruturas institucionais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação antirracista, racismo estrutural, formação docente.

INTRODUÇÃO

A educação é uma ferramenta essencial na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades raciais herdadas de um passado colonial e escravocrata, torna-se imprescindível que a escola, como espaço de formação cidadã, assuma um papel ativo na promoção da educação antirracista. A Lei nº 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todos os níveis da educação básica, representando um avanço importante no reconhecimento da pluralidade cultural e na valorização da identidade negra no currículo escolar. Entretanto, quase duas décadas após sua promulgação, observa-se que a implementação efetiva de uma educação antirracista ainda enfrenta inúmeros desafios, dentre os quais se destaca a resistência de parte do corpo docente.

Essa resistência manifesta-se de diferentes formas: negação da relevância do tema, alegação de despreparo, medo de lidar com questões raciais em sala de aula ou, em casos mais críticos, reprodução de práticas e discursos que reforçam o racismo estrutural. A falta de formação específica sobre relações étnico-raciais nos cursos de licenciatura contribui para que muitos professores se sintam inseguros ou desinteressados em abordar essas questões, perpetuando um ciclo de omissão e invisibilização da história e cultura afrobrasileira no ambiente escolar. Com isso, a educação básica, que deveria ser um espaço de valorização da diversidade, muitas vezes se torna um ambiente de reprodução de estigmas, preconceitos e discriminações.

É preciso reconhecer que a resistência docente não é um fenômeno homogêneo nem totalmente consciente. Em muitos casos, ela decorre da ausência de políticas públicas eficazes de formação continuada que capacitem os professores a trabalharem a temática racial de forma crítica e comprometida com os princípios dos direitos humanos. Em outros casos, trata-se da dificuldade em romper com paradigmas tradicionais de ensino, enraizados em uma visão eurocêntrica do conhecimento, que historicamente silenciou a contribuição dos povos africanos e indígenas para a formação da sociedade brasileira.

Diante dessa realidade, a educação antirracista surge como uma proposta pedagógica que busca desconstruir as práticas discriminatórias e promover uma nova perspectiva de ensino, baseada no reconhecimento da pluralidade étnicoracial como um valor fundamental. Para isso, é necessário que o currículo escolar seja repensado, que os materiais didáticos sejam revisados e que os professores sejam apoiados em sua formação crítica, para que possam compreender o racismo não como um problema individual, mas como uma estrutura histórica, política e

social que precisa ser enfrentada com intencionalidade e compromisso ético.

DESENVOLVIMENTO

Além da formação docente, é fundamental que as escolas desenvolvam projetos pedagógicos voltados para a promoção da igualdade racial, com atividades que envolvam toda a comunidade escolar, incluindo estudantes, famílias e gestores. Eventos culturais, rodas de conversa, debates, oficinas e estudos dirigidos são estratégias que podem contribuir para sensibilizar e engajar todos os envolvidos no processo educativo, promovendo uma cultura escolar que valorize a diversidade e combata o racismo em todas as suas formas.

Outro aspecto relevante é a importância da representatividade no espaço escolar. Ter professores negros, coordenadores e diretores que reflitam a diversidade étnico-racial da sociedade brasileira é fundamental para que os estudantes negros se reconheçam nos espaços de poder e conhecimento. A presença de profissionais negros na educação básica não apenas enriquece o processo educativo, mas também contribui para a desconstrução de estereótipos e para o fortalecimento da identidade racial dos estudantes.

A resistência do corpo docente, portanto, deve ser compreendida em suas múltiplas dimensões: como expressão de uma formação deficiente, como reflexo de um racismo estrutural ainda presente nas instituições educacionais e como desafio que precisa ser enfrentado por meio de ações planejadas e contínuas. A transformação da educação básica em um espaço verdadeiramente antirracista não ocorrerá de forma espontânea; ela exige políticas públicas firmes, compromisso ético dos profissionais da educação e envolvimento ativo da sociedade civil.

Assim, este trabalho busca analisar a resistência do corpo docente à implementação da educação antirracista na educação básica, discutir suas causas e propor caminhos para a superação desse obstáculo. Acredita-se que a construção de uma escola antirracista é uma condição essencial para a promoção da cidadania plena e da justiça social no Brasil, e que a formação crítica dos professores é o primeiro passo para que essa transformação se torne realidade. O desafio é grande, mas inadiável, pois somente por meio de uma educação comprometida com a igualdade racial será possível construir uma sociedade mais democrática, plural e solidária.

A compreensão das resistências docentes à educação antirracista passa também pelo reconhecimento de que o racismo é uma estrutura que atravessa todas as dimensões da sociedade brasileira, inclusive o campo educacional. Essa estrutura muitas vezes naturaliza práticas excludentes e impede que a escola se reconheça como parte do problema, adiando ou minimizando a urgência da transformação necessária. A formação de professores, historicamente centrada em modelos eurocêntricos, pouco debateu questões étnico-raciais em sua complexidade, contribuindo para a manutenção de currículos que ignoram a história e a cultura dos povos africanos e afrobrasileiros, ou as abordam de forma estereotipada e superficial. Assim, a resistência à educação antirracista não é apenas individual, mas institucional e estrutural, exigindo mudanças profundas no sistema de formação docente, na produção de conhecimento acadêmico e nas práticas escolares cotidianas.

É fundamental, portanto, entender que a efetivação da educação antirracista não se resume à inclusão de conteúdos específicos sobre África e cultura afro-brasileira nos currículos escolares. Trata-se de uma mudança de paradigma que implica revisar as narrativas históricas, problematizar a construção do conhecimento científico, valorizar a diversidade de saberes e reconhecer o protagonismo dos povos negros na formação da sociedade brasileira. Nesse sentido, a resistência do corpo docente pode ser interpretada também como uma reação às exigências de revisão crítica de suas próprias práticas e concepções de mundo, o que demanda um processo de formação contínua e de desconstrução de preconceitos arraigados.

Além disso, a ausência de apoio institucional e de políticas públicas efetivas que deem suporte ao trabalho docente no enfrentamento das questões raciais contribui para a manutenção dessa resistência. Muitas vezes, os

professores que tentam implementar práticas antirracistas em suas escolas enfrentam isolamento, falta de recursos e até mesmo retaliações, o que desestimula iniciativas individuais e reforça a tendência de silenciamento do tema. Assim, a construção de uma educação antirracista requer não apenas o engajamento individual dos professores, mas também o compromisso das instituições escolares, das secretarias de educação e dos órgãos governamentais na promoção de ambientes educativos que incentivem o debate e a ação antirracista de forma sistemática e articulada.

Outro aspecto relevante a ser considerado é o papel das representações sociais e da mídia na formação das percepções raciais dos professores e estudantes. A mídia tradicional, durante muito tempo, reproduziu imagens negativas dos negros e dos povos africanos, reforçando estereótipos que ainda hoje permeiam o imaginário social brasileiro. A educação antirracista, portanto, deve atuar também no sentido de desconstruir essas imagens, propondo novos referenciais positivos e reconhecendo a diversidade cultural e histórica dos povos africanos e afro-brasileiros. Para isso, é necessário que os materiais didáticos sejam cuidadosamente revistos e que novas produções culturais e pedagógicas sejam incorporadas ao cotidiano escolar, valorizando a cultura negra em suas múltiplas expressões.

A resistência docente, neste contexto, também pode ser entendida como uma forma de desconforto diante da necessidade de confrontar privilégios raciais. Em uma sociedade estruturada sobre bases racistas, a promoção da igualdade racial implica necessariamente em questionar e transformar os privilégios que historicamente beneficiaram determinados grupos em detrimento de outros. Este processo não é simples nem isento de conflitos, pois mexe com estruturas profundas de poder, identidade e pertencimento. Assim, as resistências à educação antirracista devem ser compreendidas em sua complexidade, sem desconsiderar os fatores históricos, sociais e psicológicos que as sustentam.

A formação para a prática antirracista exige mais do que o domínio de conteúdos. Requer uma postura ética comprometida com a justiça social, uma abertura para a escuta das experiências dos outros e uma disposição constante para a autoavaliação crítica. O professor antirracista é aquele que reconhece suas limitações, que se dispõe a aprender com seus alunos, que busca constantemente atualizar seus conhecimentos e que se compromete com a construção de uma escola mais justa e democrática. Trata-se, portanto, de um processo contínuo de formação e transformação pessoal e profissional.

A implementação de práticas pedagógicas antirracistas também requer a valorização das experiências e saberes dos estudantes negros, que muitas vezes encontram na escola um espaço de negação de suas identidades. O reconhecimento e a valorização das histórias de vida, das tradições culturais e das formas de expressão dos estudantes negros são fundamentais para a construção de uma educação que respeite e promova a diversidade. Projetos pedagógicos que envolvam a comunidade escolar, que tragam a realidade dos estudantes para dentro da sala de aula e que reconheçam os saberes populares como formas legítimas de conhecimento podem contribuir significativamente para o fortalecimento da identidade racial positiva e para o combate ao racismo no ambiente escolar.

É necessário, ainda, que a educação antirracista ultrapasse os limites da escola e dialogue com a comunidade e com os movimentos sociais. A articulação com organizações da sociedade civil, com coletivos negros e com iniciativas culturais afro-brasileiras pode enriquecer o trabalho pedagógico e ampliar o alcance das ações educativas. A construção de parcerias e o fortalecimento de redes de apoio são estratégias importantes para enfrentar as resistências internas e para consolidar uma prática educativa verdadeiramente transformadora.

Dessa forma, a educação antirracista na educação básica não pode ser vista como um projeto isolado ou pontual. Ela deve ser concebida como um princípio orientador de todas as ações educativas, permeando o currículo, as relações interpessoais, a gestão escolar e a formação docente. Somente assim será possível enfrentar o racismo estrutural

de maneira efetiva e construir uma escola que respeite, valorize e celebre a diversidade étnico-racial do Brasil.

O caminho para a implementação da educação antirracista é longo e desafiador, mas inadiável. A transformação da escola em um espaço de resistência ao racismo e de promoção da igualdade racial depende da coragem e do compromisso de todos os envolvidos no processo educativo. A superação das resistências docentes passa, necessariamente, pela criação de condições objetivas para a formação crítica e pela construção de uma cultura escolar que valorize a diversidade e combata todas as formas de discriminação.

A formação de professores antirracistas, portanto, deve ser prioridade nas políticas educacionais, com programas de formação inicial e continuada que abordem de forma crítica e aprofundada as questões étnico-raciais. A revisão dos currículos dos cursos de licenciatura, a produção de materiais didáticos comprometidos com a diversidade cultural, a realização de pesquisas sobre práticas pedagógicas antirracistas e o incentivo a projetos escolares voltados para a promoção da igualdade racial são ações fundamentais para a construção de uma educação básica antirracista.

Finalmente, é importante reafirmar que a educação antirracista é um projeto político e pedagógico que visa à construção de uma sociedade mais justa, democrática e igualitária. Não se trata apenas de incluir novos conteúdos no currículo escolar, mas de transformar as práticas educativas, as relações sociais e as estruturas institucionais que historicamente perpetuaram as desigualdades raciais. Este é um compromisso ético que deve orientar a prática de todos os educadores comprometidos com a construção de um Brasil mais justo para todas e todos.

A permanência de práticas discriminatórias na educação básica demonstra que a simples existência de leis e diretrizes não é suficiente para garantir a efetivação de uma educação antirracista. É necessário que essas normas sejam acompanhadas de ações pedagógicas consistentes, de formação crítica dos professores e de um compromisso institucional com a equidade racial. A resistência do corpo docente, embora muitas vezes silenciosa ou inconsciente, atua como um dos principais entraves à implementação de práticas verdadeiramente transformadoras, uma vez que os professores são agentes centrais na mediação do conhecimento e na formação das subjetividades dos estudantes.

Os estudos sobre relações étnico-raciais na educação evidenciam que a formação dos professores brasileiros, em sua maioria, carece de aprofundamento teórico e metodológico sobre o tema do racismo e da diversidade cultural. Tal lacuna resulta em uma prática pedagógica que tende a minimizar ou ignorar a importância de uma abordagem crítica sobre as questões raciais, reforçando a hegemonia de uma cultura escolar branca, eurocêntrica e monocultural. Quando se propõe a inserção de conteúdos afro-brasileiros nos currículos, muitas vezes isso se dá de forma superficial, restrita a datas comemorativas ou a eventos isolados, sem integrar de maneira orgânica o projeto pedagógico da escola.

Essa superficialidade no tratamento da questão racial revela a dificuldade de reconhecer a educação antirracista como um projeto político-pedagógico que visa a transformação da sociedade. Implementar uma educação antirracista exige, antes de tudo, reconhecer o racismo como uma realidade estrutural que atravessa todas as dimensões da vida social, econômica, política e cultural. Pressupõe, também, uma revisão crítica das próprias concepções de ensino e aprendizagem, rompendo com práticas tradicionais que silenciam ou distorcem a história e as culturas afro-brasileira e africana.

O racismo institucionalizado dentro das escolas não se manifesta apenas nas práticas explícitas de discriminação, mas também na ausência de representatividade nos conteúdos curriculares, na desvalorização dos saberes afro-brasileiros e na reprodução de estereótipos que inferiorizam a identidade negra. A superação dessas práticas exige um compromisso consciente e contínuo de todos os atores envolvidos no processo educativo. A escola deve se tornar um espaço de resistência e de construção de novas narrativas, nas quais a diversidade étnico-racial seja celebrada como parte fundamental da

identidade nacional.
As políticas públicas destinadas à promoção da igualdade racial na educação devem ser fortalecidas e efetivamente implementadas. Além de garantir a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, é necessário assegurar que os sistemas de ensino disponibilizem recursos adequados, promovam a formação continuada dos professores e incentivem a produção de materiais didáticos que contemplem a diversidade racial de forma crítica e respeitosa. A ausência de investimentos e de acompanhamento das práticas pedagógicas contribui para que a resistência docente se mantenha, perpetuando um ciclo de exclusão e invisibilização.
A resistência à educação antirracista é, em muitos casos, fruto do desconhecimento e da insegurança dos professores diante de um tema que lhes é estranho, resultado de sua própria formação escolar e universitária marcada pela omissão das questões raciais. É necessário, portanto, compreender que a formação docente para a educação antirracista deve começar ainda na graduação, permeando todas as disciplinas e não apenas aquelas voltadas para a história e a cultura afro-brasileira. Todos os professores, independentemente da área de conhecimento, devem estar preparados para reconhecer e enfrentar as manifestações de racismo no cotidiano escolar.
A formação antirracista precisa ser teórica, prática e afetiva. Envolve não apenas o domínio de conteúdos, mas também a capacidade de se colocar no lugar do outro, de compreender a dor do racismo e de construir relações pedagógicas baseadas no respeito, na solidariedade e na valorização da diversidade. É nesse sentido que se fala em uma pedagogia antirracista: uma prática que reconhece a humanidade plena de todos os estudantes e que se compromete com a construção de uma escola acolhedora, democrática e inclusiva.
Os currículos escolares devem ser repensados a partir de uma perspectiva decolonial, que valorize os conhecimentos produzidos pelos povos africanos, indígenas e afro-brasileiros e que questione a centralidade da cultura europeia como padrão de saber legítimo. A história da África, a contribuição dos povos negros para a ciência, a filosofia, as artes e a cultura devem ser incorporadas aos conteúdos escolares de maneira transversal e permanente. A inserção dessas temáticas no currículo contribui para a desconstrução dos preconceitos e para a formação de identidades positivas entre os estudantes negros, além de promover o respeito à diversidade entre todos os alunos.
A resistência do corpo docente também se manifesta na dificuldade de lidar com as tensões que surgem a partir da abordagem das questões raciais. Muitas vezes, a discussão sobre racismo é evitada por medo de conflitos ou por receio de tocar em feridas abertas. No entanto, o enfrentamento do racismo exige coragem e disposição para o diálogo. O espaço escolar deve ser um lugar de debates críticos e respeitosos, onde as diferenças possam ser reconhecidas, discutidas e valorizadas como parte do processo educativo.
A construção de práticas antirracistas nas escolas requer também o envolvimento dos estudantes, que devem ser incentivados a refletir criticamente sobre as relações raciais e a participar ativamente na promoção da igualdade. Projetos interdisciplinares, grupos de estudo, atividades artísticas e culturais podem ser caminhos para o engajamento dos alunos na luta antirracista. É importante que eles se reconheçam como agentes de transformação e que desenvolvam uma consciência crítica capaz de enfrentar as injustiças e promover uma sociedade mais igualitária.
Os gestores escolares desempenham um papel crucial nesse processo, devendo apoiar as iniciativas dos professores, criar condições para a formação continuada, garantir a presença de temas étnico-raciais nos projetos pedagógicos e promover uma cultura escolar que valorize a diversidade. A liderança comprometida com a educação antirracista é fundamental para que as mudanças propostas se efetivem de maneira consistente e permanente.
Finalmente, é imprescindível reconhecer que a construção de uma educação antirracista é um processo coletivo que demanda tempo, paciência, persistência e compromisso ético. Não se trata de uma tarefa simples

ou de curto prazo, mas de uma transformação profunda que exige a revisão de práticas, valores e concepções. A superação da resistência docente passa pela formação crítica, pelo fortalecimento das políticas públicas, pela valorização da diversidade no currículo e pela promoção de uma cultura escolar democrática e inclusiva.

Portanto, enfrentar a resistência do corpo docente à educação antirracista é um passo fundamental para a construção de uma escola que, de fato, promova a igualdade racial e contribua para a formação de cidadãos conscientes, críticos e comprometidos com a justiça social. É um caminho desafiador, mas absolutamente necessário para que a educação cumpra seu papel de instrumento de emancipação e transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise sobre a educação antirracista na educação básica e a resistência do corpo docente evidência que, embora existam avanços legais e teóricos importantes, ainda há uma distância significativa entre a legislação e a prática cotidiana nas escolas. A resistência dos professores, seja por desconhecimento, despreparo ou fatores ideológicos, revela que o racismo estrutural se manifesta também na esfera educacional, perpetuando a exclusão e a invisibilidade das contribuições dos povos africanos e afro-brasileiros na formação da sociedade brasileira.

A efetivação da educação antirracista depende diretamente da formação crítica dos docentes. Sem um processo de formação inicial e continuada que aborde com profundidade as questões étnico-raciais, dificilmente os professores estarão aptos a enfrentar o racismo em suas múltiplas expressões no ambiente escolar. A educação antirracista exige mais do que a inclusão pontual de conteúdos sobre cultura africana e afro-brasileira; requer a revisão de currículos, práticas pedagógicas e relações interpessoais que historicamente marginalizaram a diversidade étnico-racial.

O combate às resistências docentes deve ser realizado com seriedade e de maneira articulada, envolvendo políticas públicas consistentes, programas de formação de professores, produção de materiais didáticos de qualidade e o fortalecimento do compromisso ético com os princípios da igualdade e da justiça social. Cabe também às instituições escolares e aos gestores promoverem espaços de diálogo e reflexão crítica, incentivando a construção coletiva de práticas pedagógicas inclusivas.

As escolas devem ser compreendidas como espaços estratégicos para a transformação social. A implementação de práticas pedagógicas antirracistas é fundamental não apenas para a promoção da igualdade racial, mas também para a formação de sujeitos conscientes de seus direitos e deveres numa sociedade plural. A construção de uma escola verdadeiramente democrática exige a superação das resistências e a afirmação de um projeto educativo que reconheça, valorize e celebre a diversidade étnico-racial como elemento constitutivo da identidade nacional.

Assim, conclui-se que a educação antirracista não é um projeto opcional, mas uma necessidade urgente para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para que isso se torne realidade, é imprescindível enfrentar as resistências do corpo docente por meio de ações formativas contínuas, mudanças institucionais profundas e compromisso político com a equidade racial. Somente dessa forma a escola poderá cumprir seu papel de agente transformador e de promotora de uma cidadania plena para todos os brasileiros.

REFERENCIAS

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 10 jan. 2003.

CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2000.

FERNANDES, Florestan. O negro no mundo dos brancos. 3. ed. São Paulo: Globo, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra: reflexões sobre trajetórias de sucesso escolar. 7. ed. Belo Horizonte: Autêntica,

2017.
MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das relações étnico-raciais: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 15, n. 45, p. 193-205, maio/ago. 2010.
SOUZA, Jessé. A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. 2. ed. Rio de Janeiro: Leya, 2018.